

## JUNHO DE 2013

Há cinco anos, estudantes e trabalhadores ocupavam as ruas do país. Os atos, inicialmente contra a tarifa do transporte público, se transformaram em uma série de mobilizações massivas e difusas. **6 e 7**

## MULHERES ENCARCERADAS

Número de mulheres presas no Brasil aumentou mais de 600% em 16 anos. A maioria delas é mãe e provedora do lar. O país ocupa a 3ª posição no ranking mundial da população feminina encarcerada. **11 a 13**

## Aborto Legal, Seguro e Gratuito

**A**s argentinas deram um grande passo na luta pelo direito aos próprios corpos e na garantia do Aborto Legal, Seguro e Gratuito em seu país, com a aprovação, na Câmara dos Deputados, que garante a interrupção da gravidez até a 14ª semana de gestação. A vitória foi celebrada por mulheres em todo o mundo e a “onda verde” do país vizinho serviu de impulso para que, no Brasil, mulheres retomassem as manifestações, tanto em apoio às companheiras argentinas quanto pela conquista de legislação semelhante em nosso país. **8 a 10**



QUEM MATOU MARIELLE?



# De 2013 a 2018: O que mudou?

O ano de 2013 se iniciou com grandes mobilizações em várias capitais, sendo o mês de junho o ápice desse processo, com manifestações inicialmente motivadas pelos aumentos abusivos no preço das passagens do transporte urbano nas grandes cidades, mas que se espalharam por todo o país e se desdobraram em várias pautas, muito difusas, desembocando em grandes atos contra os megaeventos, em particular, a Copa do Mundo, realizada no Brasil em 2014. A reação da polícia, sobretudo aos primeiros atos, foi tomada de muita repressão e truculência: manifestantes foram presos; armas com balas de borracha, cassetetes, sprays e bombas de gás foram largamente utilizados, numa tentativa clara de intimidar e criminalizar os movimentos sociais e de impedir o direito constitucional de organização e manifestação. Neste contexto, foi aprovada a Lei Antiterrorismo, homologada por Dilma Rousseff. Sintonizado à conjuntura da época, o ANDES-SN participou ativamente das lutas por direitos sociais, buscando aproximação com os setores da educação, fóruns dos servidores públicos, movimento estudantil e CSP- Conlutas.

Conquistas importantes, como a redução das tarifas do transporte público urbano, foram alcançadas por meio da mobilização da juventude em todo o país. Porém, o Sindicato Nacional, articulado com outros setores combativos da classe trabalhadora defenderam a continuidade das lutas em defesa da pauta da classe trabalhadora, inclusive contribuindo na organização do Dia Nacional de Greves, Paralisações

e Mobilizações, marcado pelas centrais sindicais.

As interpretações do Junho de 2013 são complexas e difusas: vão desde aquelas que consideram o movimento como premonitor dos movimentos conservadores de 2015 e 2016, com suas bandeiras reacionárias, com forte ressonância no impeachment da Dilma Rousseff, até aqueles que não acreditam em tal linha de continuidade, creditando ao movimento uma enorme insatisfação em relação às condições precárias dos transportes públicos, educação e saúde, coadunada com os gastos dos megaeventos e com a corrupção. Para além das interpretações, a jornada abriu um novo ciclo de lutas sociais no país. Se, por um lado, a agenda regressiva ganhou espaço com o programa de contrarreformas do ilegítimo governo Temer, por outro, a juventude se organizou e iniciou um movimento de resistência heroico contra os ataques sociais, em particular, a atual EC 95 e as contrarreformas na educação.

É fato que, de lá para cá, os setores mais conservadores da burguesia avançaram em sua pauta de ataques aos direitos trabalhistas e sociais, intensificando o processo de criminalização dos movimentos sociais; a crise econômica cresceu pari passo com a violência e a opressão social, com ataques às liberdades democráticas, culminando na absurda intervenção federal do Rio de Janeiro e no brutal assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. Contudo, se o junho de 2013 foi marcado pelo espontaneísmo e ausência de direção, percebemos em lutas mais recentes

contra esses ataques, uma articulação mais consistente entre os setores da juventude, dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Uma articulação que o ANDES-SN já defendia à época e que se intensificou nos últimos anos. A defesa da unidade, nos mais diversos espaços de mobilização, em uma conjuntura diferente da de cinco anos atrás, tem sido a possibilidade concreta de resistência. Frentes, comitês, Fóruns em defesa dos direitos sociais, das liberdades democráticas, e contra as mais diversas formas de opressão têm contribuído para mobilizações significativas, como a grande greve geral de 28 de abril de 2017 e o Ocupe Brasília, em 24 de maio do mesmo ano, importantes jornadas de luta do ano passado, que alavancaram avanços relevantes contra a agenda neoliberal.

Em 2013, os ventos da mudança e rebeldia sopravam com muita intensidade, apesar de seu desenlace ter pendido para a chegada ao poder do ilegítimo governo Temer. Entretanto, o salto qualitativo das mobilizações e lutas do movimento feminista nos últimos anos, impulsionada recentemente pela vitória do projeto de legalização do aborto na Câmara dos Deputados na Argentina, frente a uma conjuntura de ataques aos direitos sociais naquele país; as greves do setor público e privado em defesa de direitos e contra o ajuste fiscal e a grandiosa greve dos caminhoneiros, que emparedou o ilegítimo governo Temer - apesar de em parte capitaneada por setores reacionários - são alguns exemplos que demonstram que aqueles ventos não pararam de soprar.



## EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // e-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretores responsáveis: Cláudio Ribeiro e Luís Eduardo Acosta

Redação: Bruna Yunes Drt-DF 9045, Mathias Rodrigues MTb 10126, Renata Maffezoli MTb 37322

Edição: Renata Maffezoli // Fotos de Capa: Santiago Sito e Fotografias Emergentes

Fotos: Imprensa ANDES-SN // Diagramação: Renata Fernandes Drt-DF 13743

# Docentes das Federais seguem em luta em defesa dos serviços públicos

*Servidores também cobram a votação, no STF, sobre a definição da data-base do funcionalismo público*

Os docentes federais se uniram aos servidores das demais categorias em diversas atividades na luta pela revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/16 - do Teto de Gastos, da Reforma Trabalhista e da Lei das Terceirizações e por reajuste salarial de 25,63%. As ações estão sendo organizadas pelo Fórum das Entidades Sindicais Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e pelo o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Em 7 de junho, os servidores foram às ruas em um Dia Nacional de Lutas em Defesa dos Serviços Públicos e, em unidade com movimentos sociais, realizaram atos em todo o país. Em Brasília (DF), aconteceram duas manifestações em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog). Pela manhã, os servidores cobraram do governo federal uma resposta à pauta de reivindicações entregue no dia 19 de fevereiro e exigiram uma reunião para abertura de negociações com o ministério. Pela tarde, foi lançada uma campanha pela revogação do Teto dos Gastos, também na Esplanada dos Ministérios.

## Algumas mobilizações nos estados

Em Belém (PA), os docentes da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural do Pará (UFRA) realizaram uma paralisação e participaram de manifestação pela manhã, na Praça da República, junto com outras categorias de servidores públicos.

Em São Luís (MA), os docentes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) participaram de duas manifestações no período da manhã. Primeiro em frente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e, depois, em frente ao Tribunal Regional Eleitoral (TER). Entre as reivindicações estavam a não-retirada dos direitos sociais, constantemente atacados pelo governo; o cumprimento da data-base; o fim das terceirizações e a revogação da reforma trabalhista; a defesa da Previdência e dos acordos firmados em lei garantindo, reajuste aos trabalhadores do serviço público.

Os docentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) também realizaram paralisação e, em conjunto com estudantes e servidores da instituição, organizaram uma aula pública e um curso sobre o golpe, ambas na cidade de Curitiba (PR). Em Pelotas (RS), os docentes da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) paralisaram as atividades e se somaram à mobilização do final da tarde, realizada no calçadão da rua Sete de Setembro.

## Jornada de Lutas

Já nos dias 19 e 20 de junho, Fonasefe e Fonacate convocaram uma jornada de lutas, com marcha em Brasília e vigília no Supremo Tribunal Federal. Centenas de servidores públicos vindos de diversos estados se reuniram em frente ao Mpog, no dia 19, para cobrar mais uma vez a abertura de negociações, a revogação da Emenda Constitucional 95 e a data-base para o funcionalismo. De lá, os servidores seguiram em marcha até o STF, onde permaneceram até o início da noite.

“Precisamos reunir os trabalhadores das



três esferas: municipais, estaduais e federal e nos tornarmos uma força imbatível, unificados. E é esse o nosso desafio, sermos imbatíveis não apenas para derrubar esse governo, mas para barrar os retrocessos em curso”, disse Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, em fala durante o ato.

Na quarta-feira (20), os servidores se reuniram novamente em frente ao STF, em vigília para acompanhar a votação. No entanto, a sessão do Supremo terminou sem que o tema, quinto na pauta do dia, fosse debatido. Nessa mesma data, manifestantes realizaram atos em frente aos Tribunais Regionais da Justiça Federal nos estados, para sensibilizar os magistrados.

## A AÇÃO DA DATA-BASE

O Recurso Extraordinário (RE) 565089 trata da data-base do funcionalismo público e terá impacto nas três esferas (federal, estadual e municipal). Na ação, os servidores buscam o reconhecimento do direito à indenização a ser fixada, pelos danos decorrentes pela omissão do governo estadual em remeter à Assembleia Legislativa de São Paulo o projeto de lei implementando a revisão anual de remuneração, prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

O julgamento foi suspenso em 2014 por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli, e já foram computados os votos dos ministros Marco Aurélio (relator), Carmen Lúcia e Luiz Fux favoravelmente ao Recurso. Já os ministros Gilmar Mendes, Rosa Weber, Roberto Barroso e Teori Zavascki – posteriormente substituído por Alexandre Moraes - foram contrários à garantia da data-base. A decisão, agora, será pelos votos dos ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Celso de Melo e Edson Fachin.

# O Setor das Iees/Imes segue mobilizado por orçamento e salários

Os docentes das seções sindicais que compõem o Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (Iees/Imes) do ANDES-SN estão em crescente mobilização por todo o país, para lutar por melhores condições orçamentárias para a educação e por reajustes salariais.

## Greve na Uepa

Os docentes da Universidade do Estado do Pará (Uepa) estão em greve desde o início de maio. A decisão de paralisar as atividades foi tomada diante dos sucessivos descumprimentos de acordo e do rechaço ao diálogo com a categoria por parte do governo.

As pautas da greve docente da Uepa vêm desde o ano de 2015. Eles reivindicam reajuste salarial de 30%, o mesmo índice solicitado pelas demais categorias do serviço público estadual paraense, e aumento no valor do vale alimentação. Os professores também lutam por melhores condições de financiamento para a instituição: desde 2011, a Uepa perdeu aproximadamente 82% de seu orçamen-

to (somando as verbas de investimento e custeio), uma redução de R\$ 18 milhões para apenas R\$ 3 milhões anuais.

A categoria também cobra a abertura de novas vagas para docentes na universidade por meio de concursos públicos, pela ampliação de vagas em regime de Dedicção Exclusiva (DE) e pela progressão vertical dos docentes que estão na fila, muitos há quatro anos. Nesse momento, há 139 docentes da Uepa esperando progredir para o cargo de adjunto e 38 para o cargo de assistente.

“A diminuição do orçamento está inviabilizando o funcionamento da universidade. Temos dificuldade de repor materiais didáticos, de fazer a manutenção dos prédios, de pagar diárias para docentes, entre outros”, criticou a coordenadora-geral do Sindicato dos Docentes da Uepa (Sinduepa – Seção Sindical do ANDES-SN), Zaira Fonseca.

## Lutas em São Paulo

Em São Paulo, os docentes da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) realizaram, em conjunto com os servidores técnico-administrativos, uma greve por duas

semanas, encerrada na metade de junho. Os docentes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) não aderiram ao movimento paredista, mas mantêm a mobilização. A greve foi uma resposta à proposta de reajuste salarial apresentada pelos reitores das universidades estaduais paulistas (Cruesp), de 1,5%. Os docentes reivindicavam reajuste de 12,6% para USP e Unicamp, e de 16% para a Unesp, por conta de defasagens anteriores.

O Cruesp impôs de forma unilateral o aumento de 1,5%, sem abrir nenhuma negociação real. Porém, a resistência dos servidores das universidades paulistas, com apoio dos estudantes, conseguiu arrancar dos reitores, na negociação de 13 de junho, o reconhecimento das perdas salariais e um aceno, ainda que tímido, de uma nova negociação ainda este ano, a depender da arrecadação do ICMS no segundo semestre.

## Piauí

Os docentes da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) estão em campanha





salarial e avaliaram, no dia 14 de junho, uma proposta de reajuste salarial apresentada pelo Governo do Estado, de 2,95%. A categoria ficou frustrada com o índice apresentado e elaborou uma contraposta, que será encaminhada ao Governo do Estado.

"A nova proposta da categoria consiste em manter o percentualmente já reivindicado de 40,43%, mas parcelados em quatro vezes, sendo a primeira parcela agora em julho, de 2,95% como propõe o governo, e as demais ao longo de 2019. Isso precisa constar no projeto de lei a ser elaborado pelo Governo e enviado para aprovação na Assembleia Legislativa", afirma a professora Rosângela Assunção, coordenadora geral da Associação dos Docentes da Uespi (Adcesp – Seção Sindical do ANDES-SN).

## Bahia

Na Bahia, os docentes das quatro universidades estaduais têm criticado o governo de Rui Costa (PT) por usar a crise econômica como justificativa para o subfinanciamento da educação e para o desrespeito aos direitos trabalhistas dos docentes. "Em 2017, segundo o relatório do Tribunal de Contas do Estado, o governo renunciou a quase R\$ 2,9 bilhões em receitas para privilegiar empresários. Contudo, para os direitos trabalhistas, o governo não tem dinheiro. Para manter os privilégios do setor privado e o superávit, arrocha o salário do funcionalismo público e corta direitos", denunciou o presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Adusb – Seção Sindical do ANDES-SN), Sérgio Barroso. Segundo o

dirigente sindical, isto mostra quais são as prioridades do governo, pois "os recursos existem, o que falta é vontade política de respeitar o funcionalismo público. Ao abrir mão de receitas, ele força a receita corrente líquida para baixo, para assim se amparar na Lei de Responsabilidade de Fiscal para justificar o arrocho salarial".

As perdas salariais dos professores das Universidades Estaduais da Bahia já ultrapassam os 21,1%. Isso significa na prática que cada professor deixou de receber, pelo menos 3,5 salários nos últimos três anos. Segundo estudo do Dieese este é o maior arrocho salarial da categoria dos últimos 20 anos. Este é também o primeiro governo que, nos últimos 28 anos, deixou de pagar a reposição das perdas inflacionárias por mais de dois anos.

Em diversos momentos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal são usados para justificar a falta de reajuste. Contudo, o relatório da SEFAZ mostra que o governo gastou com pessoal do Poder Executivo apenas 45,3% da receita, o menor percentual desde 2014 para um primeiro quadrimestre. O estado poderia aumentar a folha em R\$ 263 milhões para alcançar o limite prudencial da LRF e até R\$ 998 milhões para o limite máximo.

## Outras lutas pelo país

No Rio de Janeiro, os docentes das três universidades estaduais protagonizaram enormes lutas - com atos, paralisações e greves - contra o subfinanciamento da educação pública fluminense e contra o atraso nos pagamentos dos salários, bolsas e aposentadorias ao longo do ano. Um dos focos da atual luta dos docentes do Rio é o combate ao aumento da alíquota de

contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais de 11% para 14%.

Um mandado de segurança impetrado pelo Jurídico da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj – Seção Sindical do ANDES-SN) conseguiu, no dia 22 de maio, impedir o aumento da alíquota enquanto o governo fluminense não providenciar o reenquadramento funcional previsto na Lei Estadual 7.423/2016.

Já os professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) lutam para que a Reitoria da instituição revogue as portarias 0667/18 e 0668/18, que adiam a entrada de milhares de alunos no semestre 2018.1 para 2019 e determina cortes de custeio, investimento e pessoal, que reduzirão o tamanho da instituição. Os professores avaliam, em sua maioria, que as portarias devem ser revogadas, pois contribuem para a redução da universidade, já que reduzem as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão a níveis mínimos, além de prejudicar milhares de estudantes com o adiamento da entrada dos novos alunos no período 2018.1 para o próximo ano.

Os docentes do Centro Universitário de Gurupi (Unirg), em Tocantins, estão mobilizados para que a prefeitura da cidade e a Fundação Unirg acabem com o rebaixamento do teto salarial dos professores. Dez docentes já foram atingidos pelo problema, chegando ao teto, e outros estão próximos dele. A Associação dos Professores Universitários de Gurupi (Apug – Seção Sindical do ANDES-SN) tenta uma agenda com o prefeito, que desde o final de 2015 não tem encaminhado projeto de revisão anual dos salários da categoria.

# Junho de 2013 marcou o início de um novo ciclo de lutas



**H**á cinco anos o Brasil vivia um processo de revoltas populares, iniciado por uma luta contra o aumento do preço do transporte público em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro e que rapidamente se transformou em uma série de mobilizações nacionais massivas e difusas. As Jornadas de Junho de 2013 mudaram o país e até hoje seus resultados e reflexos são tema de polêmica entre os movimentos sindicais, sociais e populares brasileiros.

“Não é por 20 centavos” foi um dos lemas das primeiras manifestações. Fernando Haddad (PT), então prefeito de São Paulo, havia aumentado a passagem

de ônibus de R\$3,00 para R\$3,20 e o Movimento Passe Livre (MPL) convocou protestos de rua contra a decisão. A violenta repressão policial de 13 de junho, que deixou mais de 100 pessoas feridas e 240 detidas na capital paulista, serviu como um catalisador para a explosão de atos de solidariedade em todo o país.

Milhões de brasileiros foram às ruas das capitais e também das cidades médias e pequenas do interior do país. Em Brasília (DF) os manifestantes chegaram a subir no Congresso Nacional e, em muitas cidades, houve dura repressão policial aos atos. De uma luta inicialmente focada nos transportes públicos e na crítica à Copa do

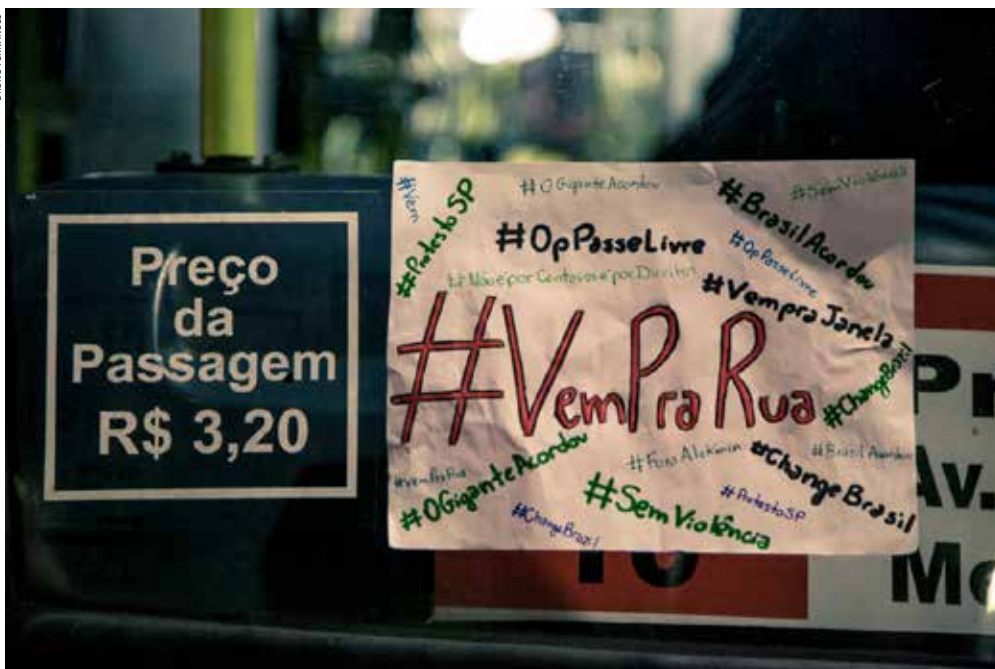
Mundo de futebol, as pautas Jornadas de Junho se transformaram, traduzindo um enorme descontentamento popular com as condições de vida, os serviços públicos, a corrupção, entre outros temas.

Os governantes demoraram a responder. Em São Paulo apenas no dia 19 o prefeito, em conjunto com o governador Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou o congelamento das tarifas do transporte. A medida foi seguida por outros governadores e prefeitos. A presidente Dilma Rousseff propôs no dia 26, em resposta aos atos, cinco pactos nacionais (por responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação). Desses, só conseguiu avançar parcialmente na área da saúde com a criação do programa Mais Médicos.

Uma das consequências das manifestações foi a queda brusca da popularidade da presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo o Datafolha, a presidente passou de 65% de aprovação em março para 30% no final de junho e seguiu caindo depois das eleições de 2014. No entanto os governantes passaram ilesos a qualquer punição pela repressão. Nenhum dos agentes públicos envolvidos em violações naquele mês, inclusive policiais, foi punido até hoje.

## Avaliação

Aos poucos os brasileiros foram abandonando as ruas, e “o gigante” voltou a dormir. Mas as Jornadas de Junho deixaram marcas profundas no país e muitos desdobramentos cujo destino ainda está em



disputa. Giovanni Frizzo, 2º secretário do ANDES-SN, acredita que as mobilizações de cinco anos atrás foram expressão do fim de um ciclo de lutas sociais e do início de outro ciclo no Brasil.

“Em Junho de 2013 as políticas de conciliação de classes chegaram ao seu esgotamento. Não quer dizer que elas estejam derrotadas, mas a crise do capital fez com que todas as políticas conciliatórias não mais atendessem a grande massa da população”, comenta. “A abertura desse novo ciclo de lutas teve desdobramentos posteriores. Aquela jornada de caráter heterogêneo, sem direção, bastante espontaneísta continuou repercutindo em diversas lutas sociais, tanto do ponto de vista das demandas da classe trabalhadora, de superação da conciliação de classes por um projeto de ruptura com a ordem, quanto pelo projeto de superação da conciliação de classes por um viés mais conservador e reacionário”, completa o docente.

Para Giovanni, houve vários desdobramentos das lutas de Junho de 2013. “Do ponto de vista das lutas sociais houve um crescimento importante no número de greves e mobilizações, não apenas em lutas sindicais, como em lutas identitárias que tiveram avanços, assim como as lutas dos movimentos culturais. Esses movimentos abraçaram a ideia de tomar as ruas e de fazer a disputa de consciência da sociedade por fora da institucionalidade. No movimento sindical houve também uma insurgência contra as burocracias sindicais que tentam dirigir a classe mantendo uma estrutura do poder”, afirma.

O diretor do ANDES-SN ressalta, no entanto, que os setores conservadores e reacionários também passaram a ocupar as ruas depois de 2013. “Esses outros setores, que entendiam a superação do ciclo petista do ponto de vista mais conservador, também tomaram as ruas. E isso culminou também no impeachment de Dilma Rousseff, mas não foi esse o principal desdobramento das Jornadas de Junho”, avalia.

Para Giovanni, o destino desses des-



dobramentos ainda está em aberto e não se definirá no curto prazo. O docente elenca três possibilidades futuras para essa disputa: “Uma delas é que esse ciclo de lutas pode ser derrotado por essas forças reacionárias. Outra possibilidade é novamente a cooptação, com o retorno da conciliação de classes. E também está aberta a possibilidade de superação do ciclo com uma perspectiva classista. Esse não é um caminho de curto prazo, é de médio e longo prazo, e a depender da direção política que a classe trabalhadora der a essas lutas ela pode ser vitoriosa nesse novo ciclo”, comenta. “Mesmo cinco anos depois o processo ainda é embrionário, bagunçado, confuso, e seu rumo está em disputa”, completa Giovanni Frizzo.

Um dos desdobramentos de Junho de 2013, do ponto de vista do Estado, foi o aumento da repressão e da criminalização dos movimentos sociais. A Lei Antiterrorismo, por exemplo, foi gestada como uma resposta ao “vandalismo” nas manifestações. Segundo monitoramento realizado pela ONG Artigo 19, que acompanhou 696 protestos pelo Brasil em 2013, ao menos 837 pessoas ficaram feridas, 2.608 foram detidas e oito morreram. E, depois de Junho, pelo menos 70 projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional

tratando do direito de protesto, e apenas dois deles tentam criar salvaguardas para os manifestantes.

Para Giovanni Frizzo o aumento da repressão não pode ser tratado como um legado das Jornadas de Junho. O docente acredita que o crescimento da criminalização dos movimentos foi uma resposta da classe dominante frente às manifestações. “A resposta do governo da época foi de tentar aumentar as políticas de conciliação, por dentro da institucionalidade. Um projeto de poder e não de disputa de sociedade. Ou seja, intensificou a conciliação e as políticas de ajuste fiscal, a perspectiva de projeto de poder que dizia que estava mudando as coisas sem mudar nada. Logo em seguida essa tentativa de aumentar a conciliação foi derrotada pela burguesia, que buscou o caminho mais conservador”, avalia.

“Eu diria que o maior legado de Junho de 2013 foi a retomada, ainda que embrionária, das lutas sociais de rua em caráter massivo, com pautas políticas que por vezes podem ser equivocadas pelo viés classista, mas que trazem politização. De lá pra cá cresceram de forma bastante diversa as formas de luta e de enfrentamento”, conclui o 2º secretário do ANDES-SN.



# Argentinas avançam na conquista do direito ao aborto legal, seguro e gratuito

Uma maré verde invadiu as ruas de Buenos Aires, na Argentina, no mês de junho. Após anos de lutas em defesa da vida e dos direitos das mulheres argentinas, no dia 14 de junho deste ano, as mulheres conquistaram uma vitória histórica.

Depois de uma sessão de quase 24 horas, acompanhada por mais de um milhão de pessoas nas ruas do país, os deputados aprovaram, na Câmara dos Deputados, o projeto de legalização do aborto. Segundo a lei aprovada, o aborto será permitido até a 14ª semana de gestação de forma legal, segura e gratuita. O procedimento só poderá ser feito acima do limite estipulado por lei se houver risco de vida para a mulher, má formação do feto "incompatível com a vida extrauterina" ou em caso de estupro. A proposta segue agora ao Senado, onde também será votado, para posterior sanção presidencial.

Pela legislação atual, que data de quase um século atrás, o aborto é permitido em casos de estupro ou risco para a vida da mãe. Nos demais casos, a prática é penalizada com até quatro anos de prisão para a mulher e para o médico.

## Revolução feminista

Um dia antes, 13 de junho, quando teve início o debate da votação do projeto, milhares de mulheres, impulsionadas pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Gratuito e Seguro, ocuparam mais uma vez as ruas de Buenos Aires, com lenços e bandeiras verdes e entoando por "educação sexual para decidir, anticoncepcional para não abortar, aborto legal para não morrer". A Campanha, criada por mulheres feministas, conta com o apoio de mais de 300 grupos, entre organizações ligadas aos direitos humanos, sindicatos e movimentos sociais e estudantis.

Segundo Carla Deiana, argentina e militante do Plenário de Trabalhadoras, a mobilização das mulheres foi uma lição de força política fundamental para a aprovação do Projeto de Lei de Aborto legal, seguro e gratuito na Câmara dos Deputados.

"As mulheres se mobilizaram de forma independente aos governos, aos partidos e à Igreja Católica. Lutamos com as mãos livres, utilizando os métodos tradicionais da classe trabalhadora, como bloqueios nas ruas, greves, ocupações de colégios.

Mostramos nossa força e nossa voz na luta pelo aborto. O método político de deliberação democrática nas bases, as decisões em assembleias e a luta direta contra o Estado e a Igreja foi uma lição política para o conjunto do movimento operário e popular e para as lutas vizinhas", contou a militante argentina.

Carla Deiana explicou que em seu país, a luta pelos direitos ao aborto é levantada historicamente pelas mulheres da classe trabalhadora. "Particularmente, essa bandeira se levantou nos últimos 30 anos na Argentina em organizações de mulheres, ampliada em diferentes organizações políticas, e sem nenhuma dúvida, foi o calor das lutas 'Ni una a Menos', em 3 de junho de 2015, que lutava contra todas as formas de violências contra as mulheres que colocou o tema em cena", comentou.

Segundo os dados da Campanha Nacional Pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, cerca de 600 mil mulheres abortam todo ano na Argentina, o que comprova que a ilegalidade não proíbe que a prática, mas expõe as mulheres a mais riscos. De acordo com as estatísticas oficiais do Ministério da Saúde argentino, cerca de 100 mulheres morrem por ano em decorrência de abortos inseguros. No entanto, para as organizadoras da campanha, há uma subnotificação dessas mortes.

"Há um movimento crescente de mulheres na Argentina e no mundo que são vítimas de múltiplas explorações que reivindicam um Estado democrático e laico, colocando no centro do debate o protagonismo das mulheres, que além do aborto legal, reivindicam a educação sexual e científica, com perspectiva de gênero, que se distribua contraceptivo gratuito e de qualidade, custeado pelo Estado, e também por Saúde, pois a principal causa de mortes de mulheres na etapa gestacional é no aborto clandestino. As mulheres não podem decidir se querem ou não ser mães, inclusive não tem o direito de defender a própria vida frente à situação de violência, na medida em que maternidade obrigatória aparece como mensagem política de disciplina social", criticou.

## Estado Laico?

A influência da bancada religiosa no Congresso argentino não é muito diferente da realidade brasileira. O país do papa

Francisco tem forte dominação da Igreja Católica e o resultado apertado da votação do projeto de lei foi um reflexo dessa influência.

Foram 129 votos favoráveis, 125 contrários e uma abstenção que garantiram a aprovação do Projeto de Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez. leio texto, para ser aprovado, necessitava de, pelo menos, 128 votos. O projeto já havia sido apresentado sete vezes na Câmara, mas nunca foi posto em votação.

"Se caracterizarmos a composição do parlamento burguês, vemos que nele estão as mesmas forças que nos últimos 30 anos realizaram todos os tipos de pactos com a Igreja Católica, como uma grande instituição da burguesia para dominar as massas trabalhadoras do país. Ao analisar o resultado da votação, é possível perceber uma 'força clerical' transversal a todos os partidos do regime, tanto entre os peronistas como entre os macristas e os demais partidos. O único bloco político que se mostrou homogêneo na votação foi a Frente de Esquerda e dos Trabalhadores, que ressaltou a importância da separação da Igreja do Estado", apontou Carla.

As falas das parlamentares e dos parlamentares favoráveis ao projeto ressaltaram o alto índice de mortes e internações por conta de complicações derivadas de abortos realizados de forma clandestina. Chamaram a atenção para a necessidade de o tema ser tratado como questão de saúde pública e não sob a ótica de valores morais individuais e religiosos. Ressaltaram também o fato de que países onde a prática é garantida por lei o número de abortos são bem menores.

## Julia e Belén

Durante os debates que antecederam a votação, foram lembrados casos emblemáticos como o da adolescente Julia, de 16 anos, que morreu alguns dias após realizar um aborto numa clínica clandestina. A jovem passou dias com febre alta por conta das complicações e foi tratada pela mãe como se estivesse resfriada. Quando finalmente foi levada ao hospital, não resistiu e acabou falecendo.

Outro caso mencionado foi o da jovem conhecida como Belén, que, em 2014, procurou o pronto-socorro de um hospital público com hemorragia vaginal, sem saber que estava grávida. Foi diagnosticada com





FOTOGRAFIA S. EMERENTES

um aborto espontâneo, mas depois foi acusada de ter descartado o feto no banheiro do hospital. Belén foi presa e condenada, pela justiça local, a oito anos de prisão por “homicídio agravado pelo vínculo” em um processo cheio de irregularidades e sem provas. A jovem, na época com 27 anos, passou mais de dois anos detida até que, em agosto de 2016, em meio a uma grande mobilização social, a Corte Suprema provincial autorizou que aguardasse a sentença definitiva em liberdade. Sete meses depois, esse mesmo tribunal a absolveu.

### Criminalização do aborto no Brasil

No Brasil, o aborto só é permitido nos casos de estupro, risco de vida para a mãe e feto com anencefalia (por decisão do Supremo Tribunal Federal). A pena para uma mulher que provoca a interrupção da gravidez é de até três anos de prisão. O aborto é a quinta maior causa de mortalidade materna no Brasil, responsável por cerca de 10% dos casos, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), mas estimativas extraoficiais apontam números maiores.

No final de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou um caso envolvendo pessoas denunciadas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro por prática do crime de aborto com o consentimento da gestante e formação de quadrilha. Por unanimidade, os ministros absolveram os envolvidos no caso, criando um precedente importantíssimo para que situações parecidas recebam o mesmo julgamento.

Entretanto, as mulheres que abortam seguem desamparadas pela legislação. Centenas de processos contra mulheres

acusadas de abortar tramitam na Justiça de todos os estados brasileiros. De acordo com um levantamento feito pelo Portal Catarinas nos tribunais de justiça em 2017, 18 estados registraram 331 processos criminais pela prática do aborto provocado pela gestante ou com o consentimento delas. Dados do Núcleo de Promoção dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo apontam que, em 70% dos casos, essas mulheres são denunciadas, após buscar ajuda nos hospitais, por profissionais de saúde que desrespeitam o sigilo médico, contrariando também o entendimento do Conselho Federal de Medicina (CFM) que, em casos de aborto, o sigilo é considerado necessário para garantir a saúde das pacientes.

Uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foi apresentada em março de 2017, pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, de Brasília (Anis) junto com o PSol, pedindo que o STF “declare a não-recepção parcial dos artigos 124 e 126 do Código Penal, para excluir do seu âmbito de incidência a interrupção da gestação induzida e voluntária realizada nas primeiras doze semanas”.

Isto significa afirmar que a interrupção da gestação realizada por vontade da mulher até 12 semanas não é mais crime, mas sim um direito das mulheres. No processo, advogadas afirmam que a proibição é ineficaz e que o Estado brasileiro, em última instância, acaba sendo conivente com práticas semelhantes à tortura, às quais as mulheres se submetem para interromper a gestação. O tema será debatido nos dias 3 e 6 de agosto em audiência pública convocada pela ministra Rosa Weber, do STF, que é relatora da ação.

Mariana Trotta, professora da UFRJ e ativista do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, contou a história de uma mulher, mãe de três filhos, que foi presa no ano de 2007, após a realização de um aborto clandestino.

“Ela deu entrada no hospital público com um processo hemorrágico e contou para um assistente social, que na verdade era um policial a paisana, que tinha feito um aborto e o policial deu voz de prisão a ela. Ela foi presa, levada a outro hospital e ficou algemada, o delegado faz um arbitramento de fiança absurdo e ela só



DULCINIA



não foi ao sistema penitenciário, porque conseguimos um pedido de liberdade provisória no Tribunal de Justiça. A mulher era moradora da Vila Mimosa, tinha 3 filhos e na certidão do nascimento das crianças não tinha o nome do pai. Se essa mulher fosse presa, quem cuidaria dessas crianças?”, questionou Mariana Trotta. A docente espera que o caso recente de votação do PL na Argentina gere uma reação em cadeia e fortaleça as lutas no Brasil, tanto no julgamento da ADPF pela descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação

quanto no projeto de lei, que tramita no Congresso, pela legalização do aborto.

### Ressonância

No mundo inteiro, mais de 25 milhões de abortos inseguros (45% de todos os abortos realizados) ocorreram entre 2010 e 2014, de acordo com novo estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS). A maioria dos abortos inseguros, ou 97% do total, ocorreram em países em desenvolvimento de África, Ásia e América Latina.

Carla Deiana afirma que o processo ocor-

rado na Argentina ressoou em muitos países, principalmente, os da América Latina, como pode ser visto nas manifestações realizadas no Brasil, Peru, Equador, México, Chile, Uruguai em apoio e comemoração a vitória das mulheres argentinas.

“Os países imperialistas têm legalizado o aborto, enquanto países latino-americanos e africanos não têm esse direito. Temos que sair e exigir a liberdade para decidir sobre a nossa vida com instrumento de luta e debate político. Esta luta é continental e temos que continuar mobilizadas para defender o direito ao trabalho e salário e para dizer nem uma a menos por aborto clandestino”, defendeu.

### Docentes em luta

Em 2015, o ANDES-SN aprovou em seu 34º Congresso a posição favorável à luta pela descriminalização do aborto. Este ano, no 37º Congresso do Sindicato Nacional, os docentes deliberaram por lutar pela legalização do aborto, assim como pelo fortalecimento de oferta de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos para atender as mulheres.

## AVALIAÇÕES

“Um argumento chave, que me parece que precisamos aprender a partir disso, é a ideia de que o que se está votando é aborto legal ou aborto clandestino, porque as mulheres já abortam. E há um recorte de classe, pois a mulher rica, burguesa consegue pagar por um aborto ilegal, e a mulher que morre é a pobre, filha da classe trabalhadora”, disse a professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), **Katia Marro**, que é argentina.

“É um marco emocionante esse momento na Argentina. É um reconhecimento dos direitos das mulheres ao próprio corpo e é realmente comovente ver um país vizinho, que tem um processo histórico de colonização e religiosidade que podem ter algum grau de similaridade conosco, aprovar uma lei que legaliza o aborto. Isso é muito impactante”, comentou **Maira Kubik Mano**, docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

“É uma voz que vem das ruas, da população. Embora os coletivos feministas aqui no Brasil, das mais variadas tendências, lutem pela legalização do aborto, nós ainda temos dificuldades de termos um processo de mobilização

mais massivo como foi na Argentina. Até para isso penso que seja importante essa aprovação, para que as mulheres daqui se sintam motivadas a ir para as ruas para lutar pelo aborto legal também no Brasil”, declarou **Maria Regina Ávila Moreira**, docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

“Foi impressionante, no caso da Argentina, o número de mulheres que foram para as ruas, cobrar os parlamentares, fruto de uma construção histórica. Por outro lado, aqui no Brasil, com todas as dificuldades de mobilização que temos tido nos últimos anos, as mulheres também têm ido para rua. A Primavera das Mulheres, em 2015, pedindo o ‘Fora Cunha’ também foi muito importante naquele momento. Nesse debate das mulheres o que está em foco é como os corpos são políticos, e não podemos nos esquecer também dos corpos dos negros e dos LGBTQs, que também são historicamente violentados”, avaliou **Andreia Moassab**, professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

“Pensar que um país vizinho conseguiu, nesse contexto de exacerbado conservadorismo, aprovar uma pauta extremamente polêmica como essa, faz com que o movimento de mulheres do Brasil possa, pelos

mesmos mecanismos das argentinas, utilizar a mesma estratégia. Enquanto representante de um coletivo feminista, em termos objetivos e concretos, temos vivenciado no Brasil a retirada de direitos fundamentais. A própria perspectiva da criminalização do aborto em caso de estupro e de anencefalia ou risco à saúde da gestante, evidencia o extremo retrocesso no que tange à saúde pública. A experiência argentina vai nos impulsionar, enquanto movimento organizado de rua, a tomar como experiência essa realidade e essa estratégia de luta”, disse **Jelly Quirino**, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

“No mundo inteiro, a gente percebe o recrudescimento do conservadorismo que, geralmente, recai diretamente sobre nós mulheres e sobre nossos direitos. É importante a vitória na Argentina, mesmo sabendo que ainda falta passar pelo Senado, e há uma grande luta a ser travada pelos movimentos sociais e pela população. É um fortalecimento dos movimentos de luta em defesa do direito da mulher ao seu corpo”, comentou **Jacqueline Lima**, 1ª vice-presidente da Regional Planalto do ANDES-SN.

# Número de mulheres presas no Brasil aumentou 656% em dezesseis anos

*Presas por tráfico de drogas correspondem a 62% das incidências penais no Brasil. Maioria delas é provedora do lar e tem filhos.*

**M**ais de 42,3 mil mulheres estão privada de liberdade no Brasil, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) Mulheres realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em 2016. O Brasil ocupa a terceira posição no ranking mundial da população feminina encarcerada, em números proporcionais, com 40,6 mulheres presas para cada grupo de 100 mil habitantes, atrás apenas dos Estados Unidos da América (65,7 hab/100mil) e Tailândia (60,7 hab/100mil).

No ano de 2000, menos de 6 mil mulheres estavam presas no Brasil, 16 anos depois são mais de 42 mil mulheres sem liberdade, representando um aumento de 656%. No mesmo período, a população prisional masculina cresceu 293%, passando de 169 mil homens encarcerados em 2000, para 665 mil homens em 2016. O estado do Mato Grosso do Sul, em termos proporcionais, é o estado que mais encarcera mulheres, 113 para cada grupo de 100 mil mulheres.

Os dados revelam também que o aumento exponencial não veio acompanhado de planejamento para evitar a superlotação nas unidades prisionais do país. O sistema carcerário só tem capacidade de receber 27.020 mil mulheres, e hoje, o déficit é de 15.326, segundo 1.418 unidades prisionais que responderam o formulário enviado pelo Depen.

Mariana Trotta, 1ª tesoureira da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, professora da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ) e pesquisadora da área de sociologia jurídica, com enfoque na relação entre o Poder Judiciário, direitos e movimentos sociais, classificou o aumento do encarceramento feminino como “brutal” e relaciona os números com o aumento do processo de criminalização social.

“Existe um processo de criminalização da pobreza que é forte e a política de guerra às drogas se amplia com o objetivo de encarceramento em massa da população pobre e como uma nova forma de segregação. No caso brasileiro, o que já é presente para os homens agora vemos com

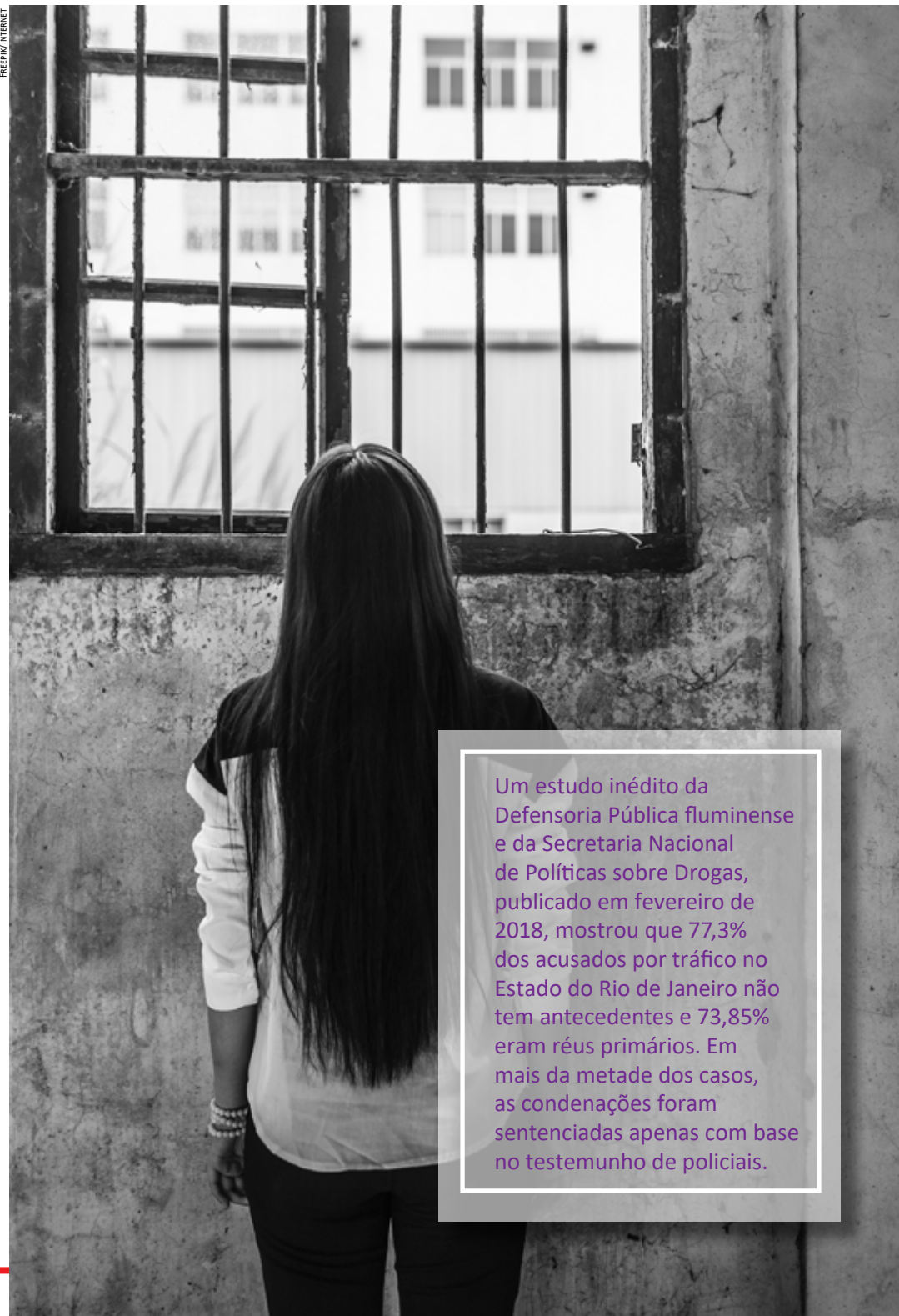
relação às mulheres”, explica a docente.

## Por que as mulheres estão presas?

No caso do aprisionamento feminino, os dados levantados pelo Infopen mostram que os crimes relacionados ao tráfico de drogas correspondem a 62% das incidências penais pelas quais as mulheres privadas de liberdade foram condenadas ou aguarda-

vam julgamento em 2016. O que significa dizer que 3 em cada 5 pessoas do sexo feminino, que se encontram no sistema prisional, respondem por crimes ligados ao tráfico. Em sua maioria, as mulheres que são presas e condenadas pelo crime de tráfico de drogas exercem papéis menores no tráfico, como de transporte e guarda, ou mesmo de utilização da droga.

Em 2005, o percentual de mulheres



Um estudo inédito da Defensoria Pública fluminense e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, publicado em fevereiro de 2018, mostrou que 77,3% dos acusados por tráfico no Estado do Rio de Janeiro não tem antecedentes e 73,85% eram réus primários. Em mais da metade dos casos, as condenações foram sentenciadas apenas com base no testemunho de policiais.

presas pelo tráfico de drogas era de 49%, tornando evidente a expansão do encarceramento de mulheres pelos crimes ligados ao tráfico de drogas, em detrimento dos crimes praticados contra a vida (homicídios simples e qualificado).

Vale lembrar que, em 2006, a Lei de Drogas foi aprovada no Congresso Nacional. O que aparentemente, parecia um avanço ao descriminalizar o usuário, por outro lado, transformou o tráfico em crime hediondo e deixando a definição de quem é o usuário e quem é o traficante na mão do Estado, resultando no crescimento da população carcerária, principalmente, negra. [veja box]

“Os dados também descontroem aquela visão de que as mulheres estão presas por conta do ‘amor bandido’, o que pode acontecer pontualmente, mas a lógica não é essa. A mulher é, em muitas famílias, a provedora do lar e pensar no encarceramento dessas mulheres, é pensar na ausência dessa mulher nesse lar, os impactos que essa ausência tem na vida dessa família e na própria vida da mulher”, aponta a docente.

### Presas sem julgamento

De acordo com o levantamento, 45% das mulheres presas no Brasil em junho de 2016 não haviam sido ainda julgadas ou condenadas. A primeira edição do Infopen Mulheres, que trazia dados referentes a junho de 2014, apontava que 30,1% das mulheres encarceradas não tinham condenação. Entre os estados que apresentam o maior percentual de presas sem condenação, destacam-se o Amazonas, Sergipe, Ceará, Bahia, Ceará, Pará e Piauí, unidades federativas em que, pelo menos, 6 em cada 10 presas não foram julgadas.

### Direito à educação e ao

#### Perfil da mulher presa

50% da população prisional feminina é formada por jovens, de 18 a 29 anos. 62% da população prisional feminina é composta por mulheres negras e 66% das mulheres presas ainda não acessou o ensino médio, tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental. Apenas 15% da população prisional feminina concluiu o ensino médio.

### trabalho

As prisões brasileiras registram violações sistemáticas de direitos humanos. O acesso à assistência educacional é um direito garantido à pessoa privada de liberdade e deve ser oferecido pelo Estado na forma de instrução escolar e formação profissional, como forma de reintegrar a população prisional à sociedade, conforme estabelecido pela Lei de Execução Penal (LEP). Entretanto, em todo o país, apenas 25% da população prisional feminina está envolvida em algum tipo de atividade educacional, entre aquelas de ensino escolar e atividades complementares.

Entre as mulheres que se encontram em algum tipo de atividade de ensino escolar dentro do sistema prisional, 50% estão em formação no nível do ensino fundamental. Cabe ressaltar que o ensino fundamental é destacado na LEP como o único nível educacional que deve, obrigatoriamente, ser oferecido no sistema prisional.

A mesma lei também rege os direitos das pessoas presas no que tange ao trabalho. Em todo o Brasil, apenas 24% da população prisional feminina está envolvida em atividades laborais, internas e externas aos estabelecimentos penais. Deste total, 63% da população prisional feminina em atividade laboral não recebe remuneração ou recebe menos que 3/4 do salário mínimo mensal.

Além disso, a falta de infraestrutura nas prisões atinge em cheio a população carcerária feminina, que necessita de espaços que viabilizam o aleitamento no ambiente prisional, espaços para os seus filhos, espaços para custódia de mulheres gestantes, equipes multidisciplinares de atenção à saúde da mulher, entre outras especificidades.

### Maternidade no ambiente carcerário

No Brasil, em 2016, das 42 mil mulheres presas, 536 estavam gestantes e 350 eram lactantes – mães que amamentam. Apenas 55 unidades em todo o país declararam apresentar cela ou dormitório para gestantes. Ainda segundo o Infopen, 74% das mulheres privadas de liberdade têm filhos, o que representa 3 em 4 mulheres presas.

Em fevereiro deste ano, após a repercussão do caso Jéssica Monteiro [veja box], detida junto com o filho recém-nascido na carceragem da polícia, o Supremo Tribunal Federal (STF) fez valer uma lei de 2016 que já determinava que presas grávidas ou com filhos de até 12 anos poderiam pedir substituição da prisão preventiva pela domiciliar, com exceção de mulheres que

praticaram crimes com violência ou grave ameaça, ou crimes contra os próprios filhos.

Os juízes acataram um habeas corpus coletivo em nome de presas e de seus filhos, aceitando o argumento de que "confinar mulheres grávidas em estabelecimentos prisionais precários, subtraindo-lhes o acesso a programas de saúde pré-natais, assistência regular no parto e pós-parto, e ainda privando as crianças de condições adequadas a seu desenvolvimento, constitui tratamento desumano, cruel e degradante". Após a decisão, em março deste ano, uma mulher lactante, indiciada como integrante de organização criminosa, conseguiu na Justiça do Acre ter a prisão preventiva convertida em domiciliar e será monitorada por tornozeleira eletrônica. Ela é a primeira presa a conseguir o benefício

"Vivi num lugar imundo, esperando uma vaga para ir para uma penitenciária. Tive que pedir lençol aos outros presos (homens) para pelo menos poder tampar o banheiro para usar, não tinha vaso sanitário, só um buraco no chão, não tinha nem chuveiro. Só fui tomar banho na penitenciária, um dia depois do parto. Para cuidar do bebê, conseguiram um balde de água morna, e eu consegui dar um banho nele, só assim (...) Me chamavam de traficante e que era para eu sofrer com meu filho lá", relatou Jéssica Monteiro, 23 anos, acusada de tráfico de drogas, por conta do porte de 90g de maconha, depois de uma batida da polícia em uma ocupação.



após a decisão do STF.

“Nós temos um sistema penal pautado numa lógica patriarcal. Se é um sistema brutal para os homens, é ainda pior para as mulheres, pois você tem a questão das especificidades, como por exemplo, a menstruação e a gestação - que é outro processo de violência muito forte na prisão -, que perpassam as questões de gênero tornando-se espaços opressores. Além disso, não existem dinâmicas e estrutura de educação e trabalho, para homens e mulheres, como está estabelecido na Lei de Execuções Penais, que é um direito das presas”, criticou Trotta.

### Suicídios na prisão

De acordo com os dados levantados, as chances de uma mulher se suicidar dentro do sistema prisional são até 20 vezes maiores em comparação à população feminina brasileira em liberdade. Foram registrados 2,3 suicídios para cada grupo de 100 mil mulheres em 2015, enquanto entre a população prisional foram registradas 48,2 mortes autoprovocadas para cada 100 mil mulheres.

Os números, segundo Mariana Trotta, refletem as péssimas condições do sistema carcerário somadas ao abandono, quebra dos vínculos familiares e comunitários, distanciamento dos filhos, e dificuldades econômicas, sociais e psicológicas enfrentadas pelas mulheres presas.

“A questão do suicídio das mulheres encarceradas, além de toda a estrutura patriarcal das prisões, deve-se também ao fato das mulheres ficarem isoladas e não receberem visitas dos companheiros e, conseqüentemente, dos filhos, pois os seus respectivos companheiros as abandonam, gerando um impacto muito forte nessa mulher que fica isolada do mundo externo”, aponta.

### Docentes em luta

Em 2015, o ANDES-SN aprovou, em seu 34º Congresso, duas deliberações muito importantes. Uma delas foi a sua posição favorável à descriminalização das drogas, após grande debate que tratou da questão do racismo, e de como as políticas governamentais tentam legitimar o extermínio e encarceramento da população negra por meio da guerra às drogas. Outra foi o posicionamento de lutar pela descriminalização do aborto. Este ano, no 37º Congresso do Sindicato Nacional, os docentes deliberaram por lutar pela legalização do aborto, assim como pelo fortalecimento de oferta de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos para atender as mulheres.

“Diversas professoras da militância feminista estão na luta pelo fim do encarcerando feminino, pela descriminalização e legalização das drogas, por entender que essas políticas de encarcerando das mulhe-

res são uma forma de guerra à população pobre”, destacou Mariana que reforçou ser fundamental o Sindicato Nacional ter se posicionado favorável à descriminalização das drogas e legalização do aborto.

**“Eu fui presa com 5 meses de gravidez e quando eu fui dar à luz à minha filha, eles me trataram que nem bicho, fui algemada e xingada. Fiquei com a minha filha na cadeia até ela fazer seis meses”, contou Tainara Dias do Nascimento, ex-detenta, acusada de tráfico de drogas. \*Depoimentos colhidos de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Municipal de São Paulo, realizada em fevereiro de 2018.**

# Balanço da gestão: Período foi de intensificação das lutas

**A** frente do Sindicato Nacional nos últimos dois anos, Eblin Farage deixa a presidência do ANDES-SN para assumir, na nova gestão – encabeçada por Antônio Gonçalves -, o cargo de secretária-geral. Em entrevista ao InformANDES de junho, mês em que encerra sua gestão, Eblin avalia o período de seu mandato, que passou por vários momentos importantes da conjuntura nacional como o impeachment da presidente Dilma, a votação

da Emenda Constitucional 95, das contrarreformas Trabalhista e do Ensino Médio e também a greve unificada dos setores do ANDES-SN, no final de 2016, a greve geral em abril de 2017 e a grande marcha a Brasília, em 24 de maio do ano passado. Confira.

**InformANDES: Como você avalia esses dois anos de mandato? Quais os principais desafios enfrentados pela gestão tanto na conjuntura nacional, quanto na luta específica dos docentes?**

**EBLIN FARAGE:** Vivemos um momento de alterações na política nacional, com um processo de impedimento da ex-presidenta e, isso tudo, obviamente, tem repercussão no

funcionalismo público e na educação pública. Começamos a viver nesse mandato, em 2016, os efeitos dos primeiros cortes nas universidades públicas, que ocorreram em 2015. Já iniciamos a gestão com a repercussão dos cortes de verbas nas universidades que impactam o cotidiano. E, em 2016 e 2017, foram sucessivos ataques ao funcionalismo público e também à educação pública. Foi um momento muito conturbado.

Ao mesmo tempo, também foi um período que retomamos o processo de mobilização. Isso foi bem positivo. Em 2016, retomamos o processo de mobilização, que culmina, em 2017, numa intensa mobilização, retomando as marchas a Brasília, com a construção da greve geral, tudo isso foi muito importante.

E, talvez, o que tenhamos identificado nesse período é que, nesses dois anos, a luta da nossa categoria - de professores e professoras - esteve muito junto com a luta das demais categorias, porque identificamos que a nossa luta não era separada das demais. Porque brigar pela educação pública necessariamente implica, hoje, em brigar pela pauta do funcionalismo público como um todo e também dos movimentos sociais, que em 2016 era ser contra a Emenda Constitucional 95, que acabou sendo aprovada. Hoje, portanto, é lutar pela revogação dessa emenda, porque não há como lutar pela sobrevivência das universidades públicas com essa emenda em vigor. Além disso, lutar contra a reforma trabalhista, como fizemos, e agora lutar pela revogação dessa reforma, da mesma forma pela revogação da contrarreforma do Ensino Médio e continuar resistindo a mais uma contrarreforma da Previdência. Então, a nossa pauta, nesses dois anos, foi uma pauta geral, porque o geral repercutiu diretamente no cotidiano das nossas universidades, nas estaduais com o congelamento de progressões e promoções, nas federais, estaduais e municipais com corte de bolsas, redução de verbas para pesquisa e para extensão. Acredito que ficou muito evidente, nesse período, que essa luta tinha que ser conjunta, num momento em que está sendo ainda muito difícil, não só para a categoria docente, mas para toda a classe trabalhadora no país.

**InformANDES: Quais avanços da organização sindical dos docentes**



### **e do ANDES-SN enquanto entidade você destacaria?**

**EBLIN FARAGE:** Nesse período, creio que o sindicato avançou um pouco nesse processo de mobilizar a base para a vinculação entre pauta local e pauta nacional. Acho que esse sempre é um desafio para nós e, nesse período, a gente avança. Avançamos quando conseguimos fazer, pela primeira vez na história desse Sindicato, uma greve dos dois setores [estaduais e federais], isso não é uma coisa menor. É algo importante, porque dá um sentido nacional ao Sindicato.

Outro ponto positivo foi também avançar nessa análise de que não dava para ficar só numa pauta corporativa, porque a pauta corporativa não vai conseguir êxito se não conseguirmos debater junto a pauta geral, pois a nossa pauta corporativa está subordinada, hoje, à pauta mais ampla. Creio que amadurecemos um pouco nesse sentido.

Tivemos também outros avanços, nesse período, que foi a incorporação, mesmo que tardiamente, de alguns debates relacionados às diferentes formas de opressão, em especial, a questão das mulheres. O fato de termos aprovado resoluções relacionadas à questão das mulheres, termos avançado numa campanha contra o assédio sexual e o assédio moral, reivindicarmos que as universidades constituam comissões para acolher esses os casos, foram avanços importantes que o sindicato teve. E, também avançamos ao trazer para a pauta do sindicato, opressões e negações de direitos que não estão ainda popularizados, porque no debate da mulher a própria sociedade já avançou muito, mas o debate sobre as questões, por exemplo, do capacitismo, das pessoas com deficiência, ainda avançamos muito pouco na sociedade e acho que o ANDES-SN está sendo protagonista em amadurecer esse debate.

Outro debate que trouxemos para o ANDES-SN também nesse campo das opressões e da garantia de direitos no âmbito da diversidade foi em relação aos imigrantes. Foi um debate importante que o Sindicato fez, em conjunto com a CSP-Conlutas. Isso também é bem importante porque damos visibilidade a algo que está no cotidiano de várias de nossas universidades, em especial as universidades do Norte do país. Além disso, demos visibilidade também as questões dos indígenas e dos quilombolas, o que foi um avanço importante também na nossa categoria.

Também destaco pontos no âmbito mais interno, corporativo da categoria, como a campanha de sindicalização, que já está circulando e agora o desafio é fazer com que ela ganhe capilaridade no próximo período.

Tivemos também uma intensa produção de materiais, o que, às vezes, pode parecer contraditório, porque normalmente produzimos mais quando a luta está mais arrefecida e, nesses dois anos, a gente teve muita luta, muita mobilização e o ANDES-SN foi muito protagonista nas lutas, tanto nos estados quanto nacionalmente. Mas, ao mesmo tempo, tivemos muita produção de materiais, como cartilhas e cadernos, que servem para subsidiar nossa ação.

Um último ponto que acho que merece destaque é termos assumido mais de frente o debate sobre ciência e tecnologia públicas, o que acho que também foi uma marca dessa gestão. Já tínhamos uma compreensão e já defendíamos, no projeto de universidade do ANDES-SN, a ciência e tecnologia públicas, como consta no Caderno 2, mas nesse período, investimos muito no amadurecimento desse debate internamente na categoria. E participamos dos espaços que debatem a Ciência e Tecnologia, mas a partir do nosso acúmulo, que é uma C&T que seja pública e que, por tanto, seja financiada pelo Estado.

### **InformANDES: E qual perspectiva para os próximos dois anos?**

**EBLIN FARAGE:** Acho que a perspectiva é de muita luta. Creio que vamos estar, no próximo ciclo, consolidando algumas questões no ANDES-SN, no sentido do projeto de universidade que defendemos. Mais do que nunca é isso que está em jogo agora, projetos antagônicos de universidade. Vamos continuar defendendo uma universidade pública, uma educação pública, gratuita e estatal. No entanto, o que está sendo pautado por esse governo, e o que parece ser a voz ressonante em uma parte da política brasileira, é que a educação pública superior é um gasto, um custo, e não um benefício e uma conquista da sociedade. Portanto, creio que no próximo período estará em choque esses dois projetos: um projeto que defende uma educação pública como direito social e conquista dos trabalhadores; e um projeto que defende a educação como mercadoria e que, portanto, ela tem que ser vendida para ser viabilizada.

E esse projeto, obviamente, exclui da universidade, do ensino superior público, parcelas significativas da população, que não poderão pagar. Creio que esse seja o principal tensionamento que iremos enfrentar, pois foi montada toda uma estrutura, durante esses dois últimos anos, pelo governo, que aponta para a inviabilidade da universidade pública. Por exemplo, a EC 95, a Reforma Trabalhista, a Contrarreforma do Ensino Médio, a aprovação de cobrança na pós-graduação latu senso, os sucessivos cortes de verbas. Ou seja, todo um projeto que hoje já se materializa nas nossas universidades públicas. Por isso que, para nós, no próximo período,

do, a revogação da EC 95 é um fator decisivo de sobrevivência das nossas universidades.

Aliado a isso, o nosso principal desafio será ampliar o trabalho de base via seções sindicais. Temos uma categoria muito numérica no país e essa categoria precisa ter o sindicato como referência, é necessário que cada vez mais fortaleçamos esse sindicato. Deverá ser uma ação articulada de intensificação do trabalho de base para trazer a categoria para dentro do ANDES-SN, para que possamos ter mais força para pressionar, junto com os outros trabalhadores, pela suspensão da EC 95 e das outras contrarreformas, que atingem a universidade pública.



# 2014 deixa legado de obras inacabadas



**E**m junho de 2018, a bola rola na Copa do Mundo de futebol da Rússia. Há quatro anos, era o Brasil que sediava o segundo maior evento esportivo do mundo, com a promessa de realizar “a Copa das Copas” e do mundial deixar um legado ao povo brasileiro.

Um levantamento realizado pela BBC mostra que há 41 obras, que estavam previstas para a Copa de 2014, e que ainda não foram terminadas. Algumas delas já consumiram centenas de milhões de reais e não têm sequer previsão de entrega, como o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) de Cuiabá (MT), que já levou R\$ 1,06 bilhões dos cofres públicos. Das 12 sedes da Copa, apenas as cidades de São Paulo (SP) e do Rio de Janeiro (RJ) entregaram todas as obras previstas.

Billy Graeff, docente de educação física da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), estuda os megaeventos esportivos e acredita que o legado deixado no país é negativo. Para o docente, isso se expressa tanto no esporte quanto nas obras de infraestrutura. “Os recursos do Ministério do Esporte estão caindo paulatinamente desde 2016. No ano de 2016, houve diminuição sensível. Em 2017, houve queda de 50% dos recursos e, em 2018, de 75%, e o último corte chegou a 83%. E hoje estamos discutindo a retirada dos recursos restantes para aplicar em segurança pública. Os megaeventos trouxeram um legado muito negativo para o esporte, porque criaram uma estrutura fictícia que despencou depois das Olimpíadas, e agora a situação está pior que antes”, cita.

Para o docente da Furg, o abandono das obras de infraestrutura era algo planejado.

“Nunca houve destinação de recursos, sejam eles humanos ou financeiros, para que, por exemplo, o Parque Olímpico fosse sustentável, assim como as obras da Copa nas cidades e nos estados passaram por um processo que parece ter sido ensaiado. As obras começaram com um determinado orçamento e foram interrompidas por motivos pouco conhecidos. O governo lançou uma Medida Provisória alterando a forma de contratação dessas obras, as mesmas empresas que haviam atrasado as obras ganharam novamente as licitações e, por fim, as obras não foram terminadas. Ou seja, nós, brasileiros, pagamos pelo legado dos megaeventos, mas não o recebemos”, critica Billy.

## Megaeventos acompanham o capitalismo global

O fato da Federação Internacional de Futebol (Fifa) e do Comitê Olímpico Internacional (COI) terem escolhido recentemente diversas sedes de megaeventos distantes do centro geográfico do capitalismo também responde a uma lógica de mercado, segundo Billy Graeff. Esse foi o

caso não apenas da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Brasil, como das Copas de 2002 (Coreia do Sul e Japão), de 2010 (África do Sul), de 2018 (Rússia), de 2022 (Catar) e possivelmente de 2030 (Argentina, Uruguai e Paraguai) – além das Olimpíadas de 2000 (Sidney, Austrália), 2004 (Atenas, Grécia) e 2008 (Pequim, China).

“Na teoria do desenvolvimento desigual e combinado dos megaeventos esportivos diz-se que os megaeventos, a partir do final dos anos 80, começam a tomar emprestadas características do capitalismo global. O próprio capitalismo também passava por transformações, como a expansão territorial, a divisão internacional do trabalho e o fracionamento do processo produtivo. Os megaeventos seguem essas tendências. Com a expansão territorial, passam a acontecer fora do centro geográfico do capitalismo. Mas não são realizados como antes. Seguindo a tendência do fracionamento do processo produtivo, apesar dos jogos acontecerem, por exemplo, no Brasil, a propriedade intelectual e o domínio logístico continuam restritos ao norte global”, avalia o docente da Furg.



VLT de Cuiabá, que deveria ter sido entregue para a Copa do Mundo de 2014, ainda não foi concluído.